

ANOTAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO *BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR* (trato apenas, e brevemente, de língua portuguesa)

1. Começo pelo título, que achei estranho: a meu ver, a ordem dos predicados deveria ser outra: BASE CURRICULAR NACIONAL COMUM. Talvez se devesse eliminar COMUM (se é nacional...).
2. Uma observação geral: é muito difícil discordar do documento, a não ser para um empedernido behaviorista ou para um defensor estrito dos exercícios gramaticais tradicionais como metodologia de ensino. Penso que o documento é bem defensável.
3. O problema é que as teses quase nunca são justificadas; só o são vagamente nas definições gerais. Por exemplo, não há nenhuma nota sobre aquisição de linguagem (e/ou das diversas capacidades envolvidas) ou sobre práticas que sejam relevantes ou que já se revelaram eficazes como metodologia de ensino / aprendizagem, mesmo em ambientes sociais usualmente considerados espaços de fracasso escolar. A própria concepção de língua é estranha: por exemplo, há um afã de não hierarquizar linguagens, como se gestos, danças etc. fossem equivalentes à fala e à escrita. Não se encontra em nenhum lugar uma justificativa teórica, empírica ou pragmática (considerada sua “utilidade” social...) para esta equiparação.
4. Repete-se com alguma frequência que as atividades (ou o que equivale) devem ser lúdicas. Creio que é uma exigência ou expectativa equivocada. É certo que textos lúdicos (piadas, quebra-línguas, charadas, certos jogos poéticos etc.) devem fazer parte dos trabalhos, até por sua origem e dimensão social e crítica em relação à própria língua. Mas a escola não pode, a meu ver, considerar o lúdico um ingrediente que não poderia faltar ou que deveria ser sempre incluído (posso estar exagerando um pouco): muita coisa não lúdica ou não agradável deve fazer parte do ensino. Sua relevância intelectual e histórica é que devem ser os critérios (para estudar álgebra ou cálculo ou gramática, por exemplo).
5. Falando em gramática: quando ela entra em cena, direta ou indiretamente (eventualmente considerada “teorização” – termo que abomino...), insiste-se, como na página 34, em dizer que “não deve ser utilizada (o que seria utilizar a teorização???) de maneira vazia

(por exemplo??), como fim em si mesmo (mesma??), mas como meio para uma compreensão mais aprofundada dos modos de se expressar e participar do mundo” (final do penúltimo parágrafo). Ora: é exatamente contra esta concepção (estudar língua como um MEIO para) que se caracteriza a lingüística, desde a gramática histórica. Perini, por exemplo, defende que se estude gramática como uma parte da atividade científica (analisar uma língua como se analisam plantas ou animais). A questão é a dose e a metodologia adotada... Curiosamente, no entanto, há um certa insistência (até repetitiva) em mostrar a diversidade das sílabas... Por que as sílabas (importantes, claro), mas não, por exemplo, os afixos, a recursividade e a ambigüidade sintáticas, muito mais relevantes e até interessantes (claro, em séries posteriores à da sílaba...)?

6. Nas páginas 37 e 38 há uma exposição de eixos: não me parece que a ordem (que dá a entender que implica uma certa gradação ou hierarquia) deva ser esta. Eu colocaria a escrita em primeiro lugar (acho que se vai à escola basicamente para escrever...); em segundo, a leitura (vai-se à escola para ler); em terceiro, a análise lingüística. A oralidade pode vir depois, até porque não se trata de ensinar a falar, mas de “ensinar”, por exemplo, a debater, a falar em público, a defender teses, a respeitar os turnos etc. (o que se pode fazer o tempo todo).
7. Não há quase nada sobre análise lingüística, a meu ver uma das questões cruciais, se não a mais relevante de todas. Creio que o sintagma nasceu (ou se fixou, mais ou menos) com as teses de Geraldi, que atribuía a esta prática diversas funções: “corrigir” (explicando de onde vinha o “erro” – por exemplo, da variação lingüística, da falta de relação biunívoca entre sons e letras etc.), apresentar formas alternativas de “dizer o mesmo” (enfim: do que usualmente se chama corrigir (ou revisar) até sofisticar um texto). E, principalmente, fazer isso a partir de textos dos alunos ou de outros (jornais, literatos, antigos etc.). Aliás, esta dimensão – ensinar (escrita) a partir das práticas (de escrita) talvez seja o que deveria ser a diretriz mais clara de todas, até porque hoje todo mundo escreve nos seus celulares...

8. Algumas coisas se repetem muito: por exemplo, ver quantas vezes ocorre “corpo”, “gestos” e “espaços” na p. 23; e “sons”, “gestos”, “danças” etc. na p. 25 (sem que haja especificações...).

Aparentemente, tudo vai depender mesmo dos livros didáticos que seguirem estas diretrizes. Que poderão ser muito diversos entre si... Parece que vai ocorrer um pouco o que resultou dos PCNs: muita coisa até mudou, mas outras viraram coisa burocrática (por exemplo, capítulos soltos sobre oralidade, só para cumprir a obrigação).

Campinas, 12 de janeiro de 2016

Sírio Possenti